



Relatório de Gestão



Sumário

Mensagem do presidente	06
Cenário econômico	08
Estrutura sistêmica	10
Nossa evolução	12
Governança corporativa	18
Demonstrações financeiras e contábeis	22
Parecer da auditoria	43
Parecer do Conselho Fiscal	46
Agências	47

Mensagem do presidente

Nova sede, novos rumos



Em um ano de economia paralisada, a Diretoria do Sicoob UniGuarulhos tem consciência de que tem de dar atenção redobrada e com a mais alta qualidade no atendimento aos cooperados e aos números financeiros, mantendo um acompanhamento constante desses indicadores. Com relação ao mercado, ele esteve estagnado até meados do 2º semestre, afetando a capacidade de fazer negócios. No entanto, no último trimestre já percebemos uma melhora na movimentação econômica da região, com elevação do nível de investimentos empresariais, principalmente, das indústrias. A inauguração da nova sede traduz a nossa preocupação com o cooperado, que já nos proporcionou resultados positivos e reforçou a confiança de todos. Com instalações modernas, projetadas de acordo com modelos internacionais de grandes cooperativas de crédito, oferecemos mais conforto e exclusividade aos cooperados e aos colaboradores da instituição.

Em 2019, a nossa cooperativa teve mais ainda o que comemorar na ótica do cooperado, como, por exemplo, a implementação de novos programas de capacitação da equipe e ampliação do quadro na área de atendimento e comercial. Conseguimos ainda alinhar a entrega de produtos que melhor se encaixavam à necessidade do cooperado, com foco sempre mantido na qualidade.

Com relação aos números, a evolução também foi clara: melhoria de processos de gestão, enquadramento de indicadores e cumprimento de seis das sete metas da Campanha Nacional de Ven-

das (CNV). Um exemplo dos bons números de 2019 foi na Sipag, que apesar de ter sido um ano com forte expansão da concorrência e de marcas concorrentes em relação ao produto, o Sicoob UniGuarulhos cumpriu em 170% a meta da campanha. É, de fato, uma das demonstrações de fidelização do cooperado, que nos possibilitou maior impacto no resultado, com elevação de receitas – sinalizando como caminho nesta nova realidade do setor, que tem se adaptado à nova realidade dos juros do país com a busca de medidas assertivas para ser um prestador de serviços de excelência para sua carteira, uma qualidade natural do Sistema Sicoob.

Deixamos boas e históricas marcas em 2019. Até por isso, precisamos destacar o papel fundamental da nossa Diretoria e colaboradores, líderes no estratégico e no operacional; do cooperado, que está sempre junto, e é nosso grande valor; e da Central Sicoob Uni, uma parceira de todos momentos e que nos transmite segurança e suporte para termos projetos ousados.

Obrigado a todos.

Roberto Gushken,
Presidente do Sicoob UniGuarulhos

Cenário econômico

Ano das cooperativas financeiras

O ano de 2019 será lembrado na história do setor de crédito como um ano em que as cooperativas financeiras reforçaram e consolidaram seu posicionamento e seus diferenciais para o mercado nacional. Neste ano, as vantagens comparativas foram expostas e o 'usuário' do sistema financeiro, cooperado ou cliente, se viu no espelho e diante de realidades bem distintas. Se por um lado, o setor cooperativo dá mais opções, com mais agências, mais serviços e menos custos, fica claro a estratégia do outro lado, que é reduzir custos, menos agências, mais tarifas, menos atendimento.

O Sicoob é personalista. Para as cooperativas financeiras, o valor está no cooperado, na satisfação, na opção de ter o melhor digital e também o atendimento personalizado na cooperativa. Por isso temos um engajamento espontâneo. O nosso cooperado é nosso maior promotor.

O Sicoob é regionalista. Cada real captado é aplicado na região de abrangência daquela cooperativa - seja por crédito ou por distribuição das sobras ('lucro').

O Sicoob é barato. Enquanto os concorrentes precisam de regras para baixar suas taxas, só para citar um exemplo, o cheque especial, a cooperativa já trabalhava, em média, abaixo deste novo piso estipulado. Só um exemplo em dezenas. O Sicoob é justo. Essa é a maior bandeira da cooperativa, o que tantos tentam e nenhum faz (a não ser propaganda), ser próximo e justo com seu cooperado. O que podemos dizer é que, em 2019, esses princípios ficaram mais claros. Isso vale mais que qualquer balanço positivo ou peça publicitária.

Somos fortes na base, espontaneamente e com uma relação limpa e direta. É uma conquista histórica e mérito de tantos líderes do nosso setor.

Outro ponto importante é quanto à transparência e gestão. O Sicoob não tem números fechados. Todos são abertos. Também é, esta confiança conquistada, mais um dos aspectos que fizeram as cooperativas Sicoob manterem forte ritmo de expansão em 2019. Mais serviços, mais ativos, mais portfólio, mais associados, mais resultados.

O cooperado sabe que, antes de tudo, vai encontrar justiça financeira e transparência no Sicoob.

Talvez sejam as cooperativas financeiras um dos poucos setores que fecharam 2019 comemorando números positivos, mas a Central Sicoob Uni e suas singulares foram além, consolidaram uma reestruturação e implantaram um planejamento estratégico que possibilitará um avanço de dois dígitos por vários anos.

Neste processo evolutivo, cabe ressaltar

as competências das diretorias executivas das nossas singulares, dos nossos colaboradores e do cooperado que, em sinergia e convergência de objetivos, transformaram um plano de trabalho em um projeto real.

Agradecemos a todos, pois um trabalho coletivo é capaz de ajudar a modificar, para melhor, o sistema financeiro brasileiro.



Sagacidade

ESTRUTURA SISTÊMICA

CONFEDERAÇÃO / BANCOOB

PONTA ADMINISTRADORA
SICOOB SEGURADORA
BANCOOB DTVM
CABAL BRASIL
SICOOB PREVI

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

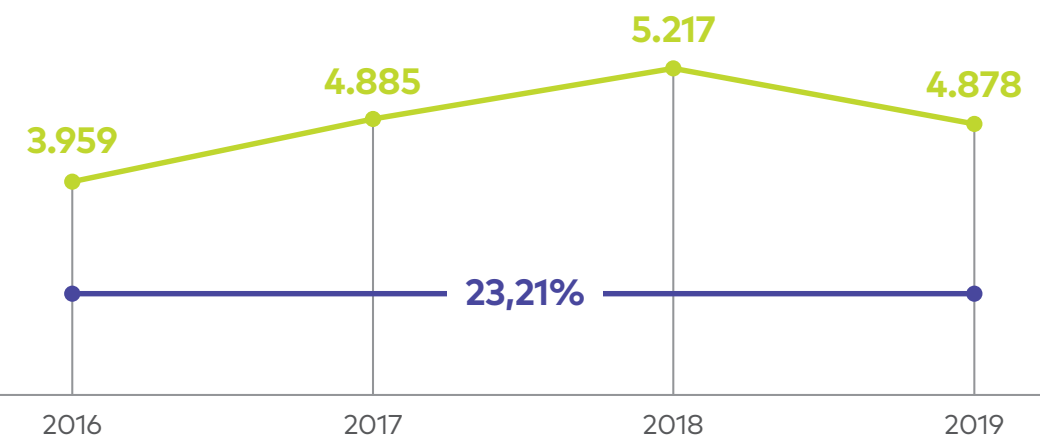
Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Responsável;
Inovação e Simplicidade.

Nossa evolução

Desenvolvimento em todos os números

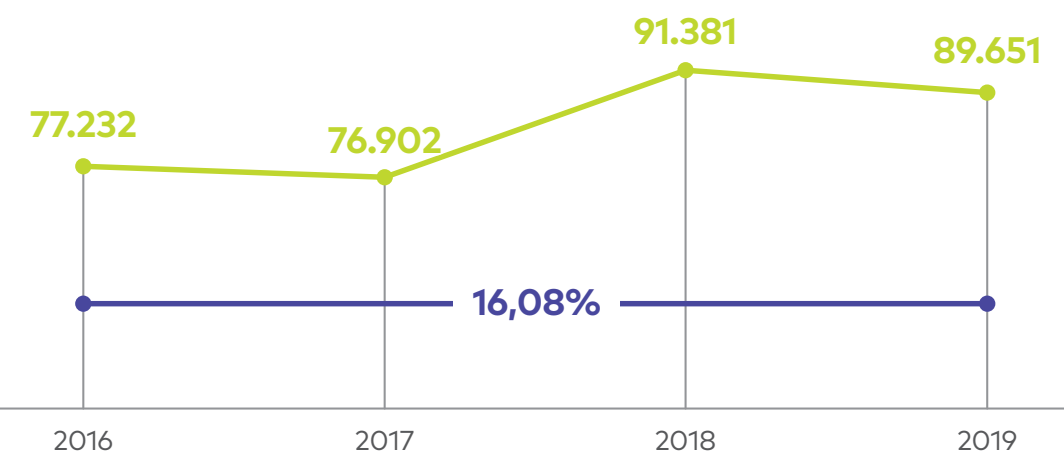


COOPERADOS



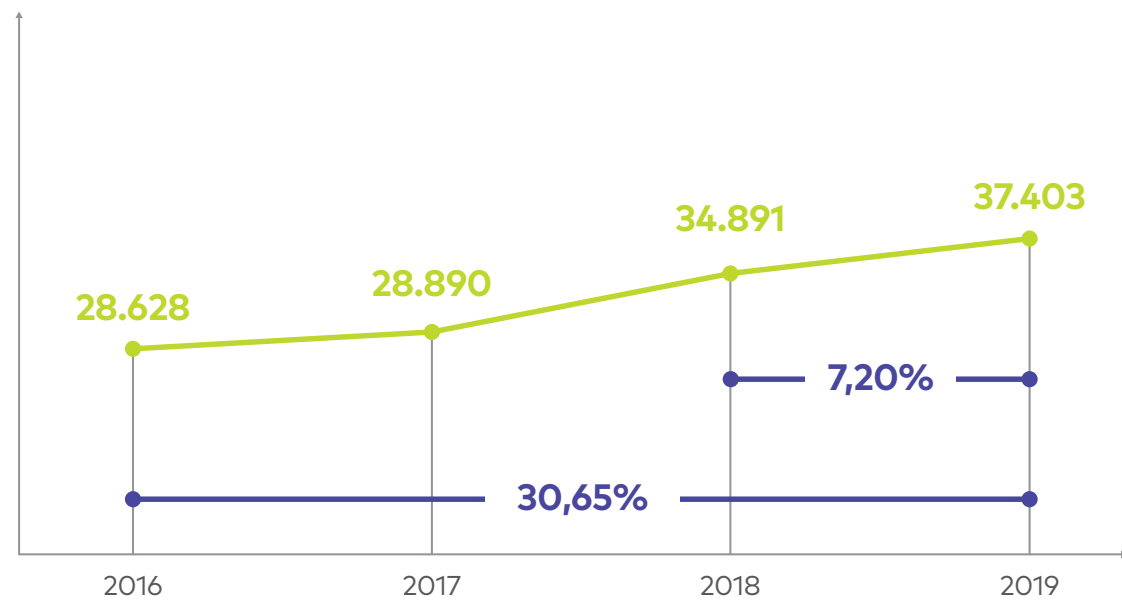
DEPÓSITOS TOTAIS

EM R\$ MIL



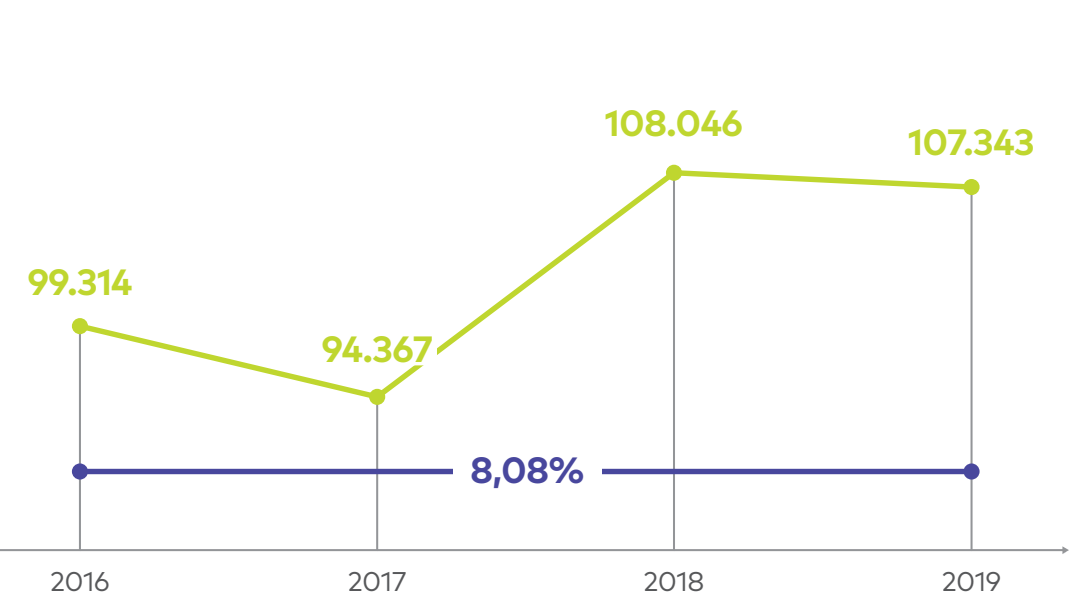
CARTEIRA DE CRÉDITO

EM R\$ MIL



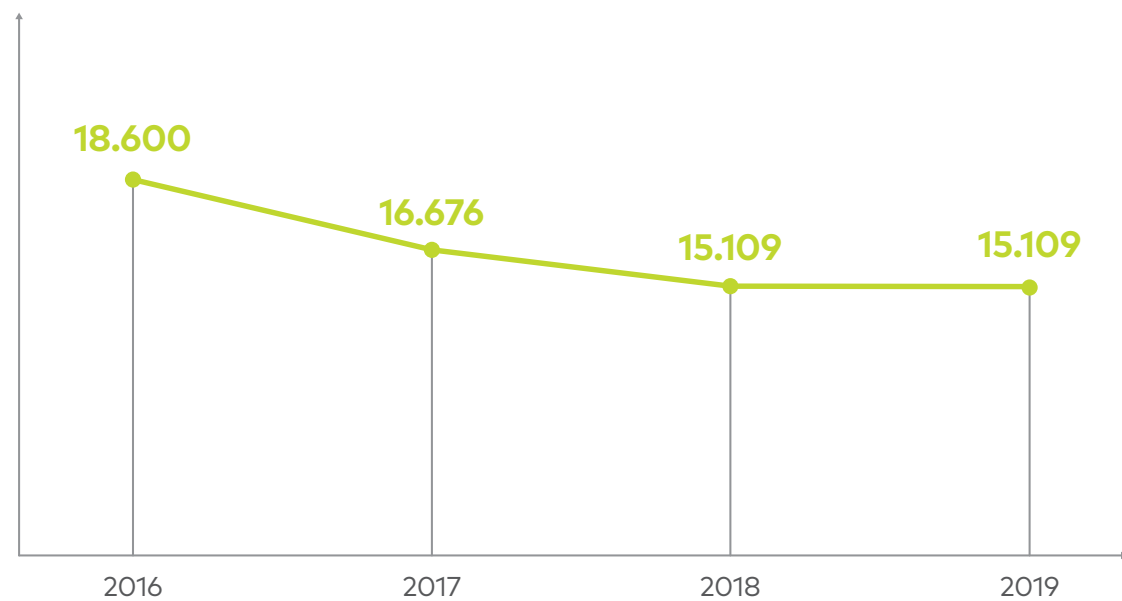
ATIVO TOTAL

EM R\$ MIL



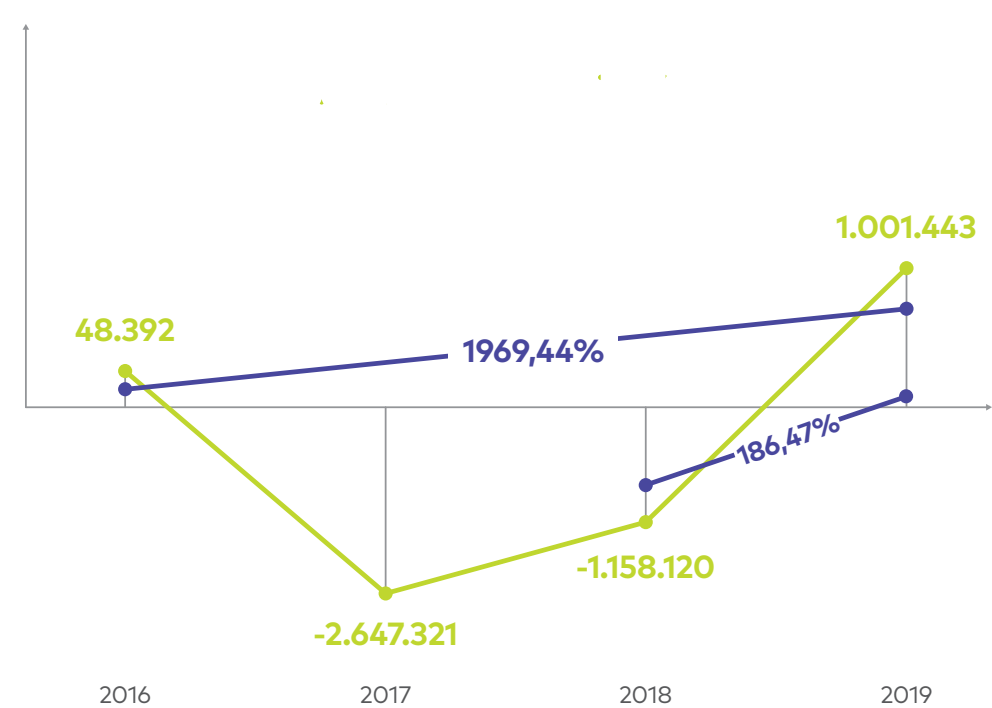
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL

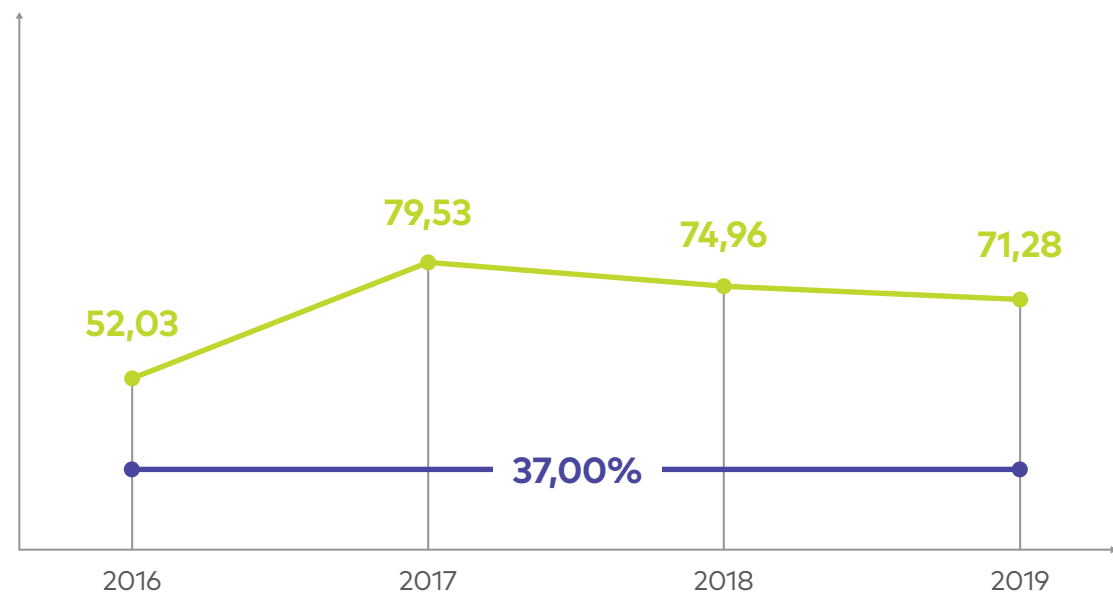


SOBRAS DO EXERCÍCIO

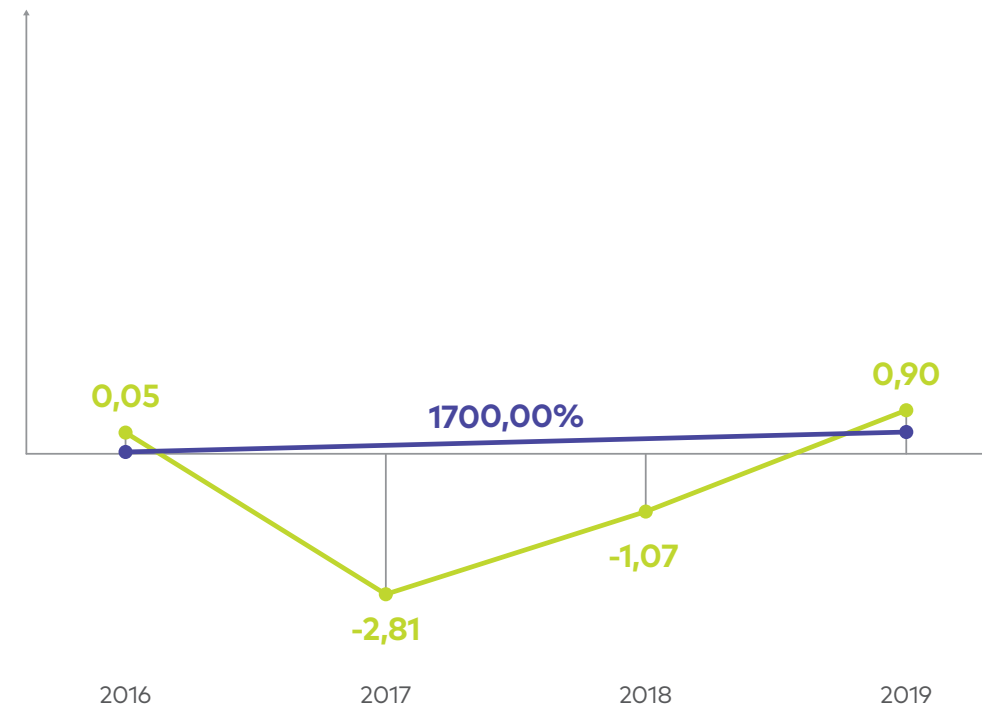
EM R\$



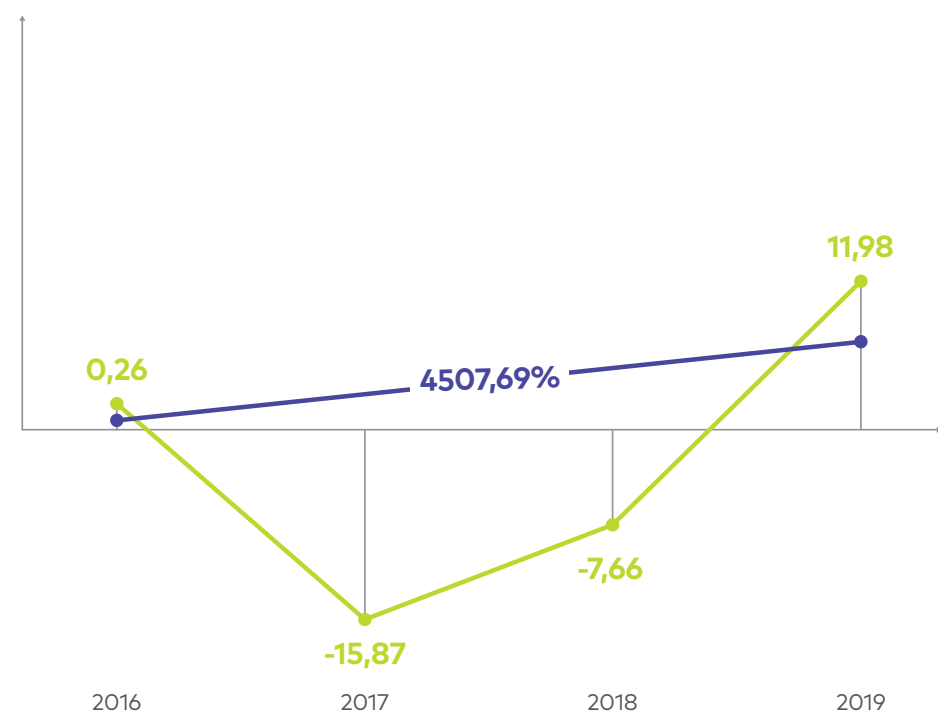
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO



RENTABILIDADE DO ATIVO - ROA



RENTABILIDADE DO PL (-JPC): ROE



GANHO SOCIAL - RENDA AGREGADA 2019

GANHO ECONÔMICO DO COOPERADO - COMPETÊNCIA 2019				
PRODUTOS	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB UNIGUARULHOS Taxa Média Mensal	VALOR ECONOMIZADO	
			POR PRODUTO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,57%	8,70%	R\$ 878.404	R\$ 878.404
EMPRÉSTIMOS	3,00%	2,70%	R\$ 1.621.651	R\$ 2.500.055
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,57%	1,89%	-R\$ 1.586	R\$ 2.498.470
TARIFAS PF ¹	R\$ 52,96	R\$ 6,92	R\$ 2.077.681	R\$ 4.576.151
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,34%	9,00%	R\$ 183.119	R\$ 4.759.270
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,77%	8,10%	R\$ 8.931	R\$ 4.768.201
CONSÓRCIO* IMÓVEIS	18,42%	9,00%	R\$ 1.708	R\$ 4.769.909
CONSÓRCIO* CAMINHÕES	12,93%	N/D	R\$ 0	R\$ 4.769.909
CONSÓRCIO* VEÍCULOS	13,17%	5,90%	R\$ 527	R\$ 4.770.436
CONSÓRCIO* MOTOS	14,82%	N/D	R\$ 0	R\$ 4.770.436
CONSÓRCIO* OUTROS BENS	14,91%	N/D	R\$ 0	R\$ 4.770.436
CONSÓRCIO* SERVIÇOS	15,01%	N/D	R\$ 0	R\$ 4.770.436
CHEQUE ESPECIAL - PJ	13,15%	8,70%	R\$ 2.480.773	R\$ 7.251.209
TÍTULOS DESCONTADOS	2,39%	2,86%	-R\$ 212.381	R\$ 7.038.828
DEPÓSITOS A PRAZO	0,44%	0,48%	R\$ 323.128	R\$ 7.361.956
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,06%	0,00%	R\$ 0	R\$ 7.361.956
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,14%	1,58%	-R\$ 5.024	R\$ 7.356.932
TARIFAS PJ ²	R\$ 93,75	R\$ 7,61	R\$ 1.154.510	R\$ 8.511.442
ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR)	2,11%	1,98%	R\$ 16.851	R\$ 8.528.293
ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR)	3,66%	3,23%	R\$ 31.959	R\$ 8.560.252
ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR)	5,29%	3,57%	R\$ 101.257	R\$ 8.661.509
ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO)	4,31%	2,06%	R\$ 601.433	R\$ 9.262.943
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS			R\$ 1.001.443	R\$ 10.264.386
COOPERADOS SICOOB UNIGUARULHOS				4.878
RENTA MÉDIA AGREGADA AO ANO			R\$ 2.104	

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

Nota: Taxas do SFN (média do período).

Elaboração: Sicoob Uri - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest.

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 2013).

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, laboratório cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e con-

troles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das

discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;
- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;
- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:
 - Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
 - Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.
- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com

ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social anterior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:
 - relatório da gestão;
 - demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
 - demonstrativo dos resultados – das sobras ou perdas apuradas.

- destinação dos resultados;
- eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
- reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 7 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

3 Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 2 membros – Diretor Executivo e Diretor Administrativo, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Cofis – Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 2 anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até

aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno:

Controle Interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo

que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.

Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		84.185.981	85.838.781	Circulante		92.212.734	92.916.148
Disponibilidades	04	426.205	609.453	Depósitos	10	89.651.636	91.381.431
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.566	5.133.809	Depósitos à Vista		17.540.980	25.261.010
Títulos e Valores Mobiliários		1.573.631	-	Depósitos sob Aviso		71.899.158	65.919.815
Relações Interfinanceiras		58.000.167	60.415.612	Depósitos a Prazo		211.498	200.606
Centralização Financeira		58.000.167	60.415.612	Outras Obrigações	11	2.561.098	1.534.717
Operações de Crédito	05	19.529.015	15.824.607	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.		6.474,09	10,025
Operações de Crédito - Setor Privado		22.277.149	18.082.154	Sociais e Estatutárias	11a	1.434.156	569.464
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(2.748.134)	(2.257.547)	Fiscais e Previdenciárias	11b	204.156	110.086
Outros Créditos	06	517.766	893.740	Diversos	11c	916.312	845.142
Avais e Fianças		224.233	47.553				
Rendas a Receber		231.632	304.564				
Diversos		223.124	579.183				
(-) Provisão para Outros Créditos		(161.283)	(37.560)				
Outros Valores e Bens	07	4.135.631	2.961.560				
Outros Valores e Bens		4.120.566	2.808.140				
Despesas Antecipadas		15.065	153.420				
Não Circulante		23.157.103	22.207.744	Não Circulante		21.000	21.000
Realizável a Longo Prazo		17.926.925	19.119.408	Provisão para Passivos Contingentes	11c	21.000	21.000
Operações de Crédito	05	17.874.254	19.066.737				
Operações de Crédito	05	20.426.173	21.535.475				
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(2.551.919)	(2.468.738)	Patrimônio Líquido		15.109.350	15.109.377
Outros Créditos	06	52.671	52.671	Capital Social	13a	17.429.826	18.489.118
Diversos		52.671	52.671	Reservas de Sobras	13b	100.144	-
Investimentos	08	2.806.372	2.824.032	Perdas Acumuladas	13d	(3.271.847)	(2.221.621)
Ações e Cotas		2.806.372	2.824.032	Sobras / Perdas do Exercício	13c	851.227	(1.158.120)
Imobilizado de uso	09	2.421.839	460.509				
Outras Imobilizações de Uso		3.166.317	1.083.882				
(-) Depreciações Acumuladas		(744.478)	(623.373)				
Intangível		1.967	3.795				
Softwares		32.650	32.648				
(-) Amortizações Acumuladas		(30.683)	(28.853)				
TOTAL DO ATIVO		107.343.084	108.046.525	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.343.084	108.046.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.456.282	16.057.741	10.593.847
Operações de Crédito	14	6.410.596	15.908.517	10.314.306
Títulos e Valores Mobiliários		45.686	149.224	279.541
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.104.622)	(8.491.216)	(8.249.576)
Operações de Captação no Mercado		(1.978.002)	(4.182.544)	(3.869.358)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.126.620)	(4.308.672)	(4.380.218)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.351.660	7.566.525	2.344.271
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(2.205.848)	(4.195.457)	(3.440.563)
Receitas de Prestação de Serviços		651.626	1.219.956	1.010.672
Receitas de Tarifas Bancárias		675.133	1.352.488	1.059.264
Despesas de Pessoal	15	(2.579.700)	(4.603.329)	(3.127.936)
Outras Despesas Administrativas	16	(2.660.155)	(5.785.516)	(5.232.571)
Despesas Tributárias		(61.454)	(99.991)	(151.326)
Outras Receitas Operacionais	17	420.626	828.755	421.177
Ingressos de Depósitos Interooperativos		1.680.648	3.613.274	3.334.008
Outras Despesas Operacionais	18	(332.572)	(721.094)	(753.851)
RESULTADO OPERACIONAL		(854.188)	3.371.068	(1.096.292)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	19	(1.302.412)	(1.337.924)	(31.000)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		(2.156.600)	2.033.144	(1.127.293)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		26.050	-	(30.826)
Provisão para Imposto de Renda		13.025	-	(14.450)
Provisão para Contribuição Social		13.025	-	(16.376)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO		(1.031.700)	(1.031.700)	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(3.162.250)	1.001.444	(1.158.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	Capital Social	Reserva de Sobras		Total
		Reserva Legal	Sobras / (Perdas) Acumuladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.903.182	1.372.493	(3.599.386)	16.676.289
Integralizações/Subscrições de Capital	380.569	-	-	380.569
Devolução de Capital	(794.023)	-	-	(794.023)
Estorno de Capital	(610)	-	-	(610)
Recuperação de Perdas	-	-	5.272	5.272
Perdas	-	-	(1.158.120)	(1.158.120)
Reserva Legal	-	(1.372.493)	1.372.493	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	18.489.118	-	(3.379.741)	15.109.377
Integralizações/Subscrições de Capital	469.180	-	-	469.180
Devolução de Capital	(2.486.117)	-	25.933	(2.460.184)
Estorno de Capital	(2.045)	-	-	(2.045)
Incorporação de Juros ao Capital	978.252	-	-	978.252
IRRF sobre juros ao Capital	(18.562)	-	-	(18.562)
Recuperação de Perdas	-	-	81.961	81.961
Sobras	-	-	1.001.443	1.001.443
Reserva Legal	-	100.144	(100.144)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	(50.072)	(50.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.429.826	100.144	(2.420.620)	15.109.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.939.131)	5.672.589
Sobras Antes da Tributação e Participações	2.033.144	(1.127.293)
IRPJ / CSLL	-	(30.826)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	4.308.672	4.380.218
Provisão de Juros ao Capital	(1.031.700)	-
Depreciações e Amortizações	122.934	173.772
Sobras Ajustadas	5.433.050	3.395.871
(Aumento) redução nos Ativos	(7.618.694)	(12.969.635)
Operações de Crédito	(6.820.597)	(10.381.392)
Outros Créditos	375.974	(568.729)
Outros Valores e Bens	(1.174.071)	(2.019.514)
Aumento (redução) nos Passivos	(753.487)	15.246.353
Depósitos a Vista	(7.720.030)	6.326.182
Depósitos Sob Aviso	10.893	11.016
Depósitos a Prazo	5.979.343	8.141.487
Outras Obrigações	976.307	767.668
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.264.776)	865.426
Aumento dos Investimentos	(182.341)	877.297
Aquisições do Imobilizado	(2.082.435)	(6.704)
Intangível	-	(5.167)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(951.398)	(408.792)
Integralizações de Capital	469.180	380.569
Devolução de Capital	(2.460.184)	(794.023)
Estorno de Capital	(2.045)	(610)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	959.690	-
Recuperação de Perdas	81.961	5.272
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	(6.155.305)	6.129.223
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	66.158.873	60.029.652
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	60.003.569	66.158.873
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(6.155.305)	6.129.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Dos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018 – (em R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DE GUARULHOS E REGIÃO - SICOOB UNIGUARULHOS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **04/11/1997**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIGUARULHOS** possui 1 Posto de Atendimento na seguinte localidade: Guarulhos - SP.

O **SICOOB UNIGUARULHOS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela diretoria executiva em 03/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a

seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 194 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

As aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possuem características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	426.205	609.453
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.566	5.133.809
Títulos e Valores Mobiliários (I)	1.573.631	-
Centralização Financeira – Cooperativas (II)	58.000.167	60.415.612
TOTAL	60.003.569	66.158.874

(I) As aplicações são representadas por aplicações em fundos de renda fixa atrelados a variação do CDI no Banco Daycoval R\$ 186.594 e no Banco Safra R\$ 1.387.037.

(II) As aplicações em Relações Interfinanceiras referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas no SICCOB UNI conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira totalizaram R\$ 3.613.274 em 2019 e R\$ 3.334.008 em 2018.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	21.207.878	18.509.277	39.717.155	38.119.531
Financiamentos	1.069.271	1.916.896	2.986.167	1.498.097
Total de Operações de Crédito	22.277.149	20.426.173	42.703.322	39.617.628
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.748.134)	(2.551.919)	(5.300.053)	(4.726.285)
TOTAL	19.529.015	17.874.254	37.403.268	34.891.343

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	-	-	-	-	166.720	-
A	0,50%	Normal	9.871.395	506.436	10.377.831	(51.889)	12.508.378	(62.542)
B	1%	Normal	7.333.572	516.989	7.850.562	(78.506)	16.877.620	(168.776)
B	1%	Vencidas	51.687	-	51.687	(517)	923.687	(9.237)
C	3%	Normal	11.244.063	1.477.451	12.721.514	(381.645)	2.547.337	(76.420)
C	3%	Vencidas	1.500.994	129.511	1.630.505	(48.915)	827.722	(24.832)
D	10%	Normal	2.313.016	120.373	2.433.388	(243.339)	332.310	(33.231)
D	10%	Vencidas	278.154	24.544	302.697	(30.270)	82.650	(8.265)
E	30%	Normal	778.438	67.563	846.001	(253.800)	185.376	(55.613)
E	30%	Vencidas	1.346.243	-	1.346.243	(403.873)	832.619	(249.786)
F	50%	Normal	404.622	-	404.622	(202.311)	124.787	(62.393)
F	50%	Vencidas	1.279.137	36.157	1.315.294	(657.647)	439.851	(219.926)
G	70%	Normal	318.598	-	318.598	(223.018)	2.055	(1.438)
G	70%	Vencidas	1.266.857	-	1.266.857	(886.800)	42.300	(29.610)
H	100%	Normal	489.304	-	489.304	(489.304)	393.042	(393.042)
H	100%	Vencidas	1.241.076	107.143	1.348.219	(1.348.219)	3.331.175	(3.331.175)
Total Normal			32.753.007	2.688.812	35.441.819	(1.923.812)	33.137.624	(853.455)
Total Vencidas			6.964.148	297.355	7.261.503	(3.376.241)	6.480.004	(3.872.830)
Total Geral			39.717.155	2.986.167	42.703.322	(5.300.053)	39.617.628	(4.726.285)
Provisões			(5.084.160)	(215.893)	(5.300.053)	-	(4.726.285)	-
Total Líquido			34.632.995	2.770.274	37.403.268	-	34.891.343	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Tít. Descontados	11.516.736	9.691.141	18.509.277	39.717.155
Financiamentos	316.185	753.086	1.916.896	2.986.167
TOTAL	11.832.921	10.444.228	20.426.173	42.703.322

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	30.656.767	1.090.793	31.747.560	74%
Pessoa Física	9.060.269	1.895.374	10.955.643	26%
Outros	119	-	119	0%
TOTAL	39.717.155	2.986.167	42.703.322	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	4.726.285	3.867.554
Constituições / Reversões	4.183.485	4.431.915
Transferência para Prejuízo	(3.609.717)	(3.573.183)
TOTAL	5.300.053	4.726.285

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.838.695	4%	1.619.235	4%
10 Maiores Devedores	11.827.560	26%	11.454.623	29%
50 Maiores Devedores	26.943.107	60%	26.996.144	68%

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	16.216.368	13.650.654
Valor das operações transferidas no período	3.609.717	3.573.183
Valor das operações recuperadas no período	(3.520.610)	(1.007.470)
TOTAL	16.305.475	16.216.368

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	517.766	893.740
Avais e Fianças Honrados (I)	224.293	47.553
Rendas a receber (II)	231.632	304.564
Diversos	275.795	631.855
Devedores diversos - país	111.492	422.939
Depósitos Judiciais	52.671	52.671
Impostos e contribuições a compensar	58.555	39.008
Títulos e créditos a receber	22.186	15.071
Adiantamentos por conta de imobilizações	13.888	98.714
Outros	17.003	3.452
(-) Provisões para outros créditos (III)	(161.283)	(37.560)
Não Circulante	52.671	52.671
Diversos - Bloqueios Judiciais	52.671	52.671
TOTAL	570.437	946.411

(I) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual assumidos pela cooperativa.

(II) Valor composto substancialmente pelos valores a receber dos rendimentos da centralização financeira – Central Sicoob Uni, recebidos no mês subsequente.

(III) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Vencidas	55.151	55.151	(16.545)	13.030	(3.909)
F	50%	Vencidas	41.096	41.096	(20.548)	56	(28)
G	70%	Vencidas	12.855	12.855	(8.998)	2.813	(1.969)
H	100%	Vencidas	115.191	115.191	(115.191)	31.654	(31.654)
Total Vencidas			224.293	224.293	(161.283)	47.553	47.553
Total Geral			224.293	224.293	(161.283)	47.553	47.553
Provisões			(161.283)	(161.283)		75.121	
Total Líquido			63.010	63.010		9.993	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	4.120.566	2.808.140
Despesas Antecipadas (II)	15.065	153.420
TOTAL	4.135.631	2.961.560

(I) Está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Coop. Central de crédito – Central Sicoob Uni	2.780.421	2.624.032
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. Crédito - Bancoob	25.951	-
TOTAL	2.806.372	2.624.032

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (I)		1.418.297	-
Instalações	10%	682.137	662.137
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(384.295)	(314.069)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	863.140	229.924
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(177.674)	(134.697)
Sistema de Comunicação	20%	12.016	6.110
Sistema de Processamento de Dados	20%	168.555	167.040
Sistema de Segurança	10%	22.172	18.672
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(182.509)	(174.607)
TOTAL		2.421.839	460.509

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	17.540.980		25.261.010	
Depósito Sob Aviso	211.498	0,34%	200.606	0,45%
Depósito a Prazo	71.899.158	0,35%	65.919.815	0,46%
TOTAL	89.651.636		91.381.430	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	29.920.237	34%	22.488.353	25%
10 Maiores Depositantes	59.417.947	67%	58.856.481	66%
50 Maiores Depositantes	72.167.555	82%	73.083.091	82%

b) Despesas com operações de captação no mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(10.893)	(11.016)
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.037.774)	(3.741.342)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(133.877)	(117.000)
TOTAL	(4.182.544)	(3.869.358)

11. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	2.561.097	1.534.718
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.474	10.025
Sociais e Estatutárias (a)	1.434.156	569.464
Fiscais e Previdenciárias (b)	204.156	110.086
Diversas (c)	916.312	845.142
Não Circulante	21.000	21.000
Provisão para demandas judiciais	21.000	21.000
TOTAL	2.561.098	1.534.717

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (I)	50.199	130.594
Cotas de Capital a Pagar (II)	1.383.957	438.871
TOTAL	1.434.156	569.464

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	14.519
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	12.707	3.767
Impostos e Contribuições sobre Salários	158.032	84.906
Outros	33.417	6.894
TOTAL	204.156	110.086

c) Diversos

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	10.984	-	49.233	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (I)	482.131	-	218.655	-
Provisão para Demandas Judiciais (II)	-	21.000	-	21.000
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (III)	136.428	-	112.924	-
Credores Diversos – País (IV)	286.769	-	464.330	-
TOTAL	916.312	21.000	845.142	21.000

(I) Refere-se à provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(II) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	21.000	21.000
TOTAL	21.000	21.000

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIGUARULHOS**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

(III) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas.

(IV) Refere-se a pagamentos a serem processados, liquidados no mês subsequente.

12. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIGUARULHOS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	17.429.826	18.489.118
Quantidade de Associados	4.878	5.217

b) Reservas de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 10%, utilizadas para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. As sobras do exercício de 2019 tiveram as seguintes destinações estatutárias:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobras do exercício	1.001.443	-
Reserva Legal - 10%	(100.144)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 5%	(50.072)	-
Saldo das sobras do exercício 2019	851.227	-

d) Perdas acumuladas

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/04/2019, os cooperados deliberaram sobre a compensação das perdas do exercício findo em 31/12/2018 no valor de R\$ 1.158.120 com as sobras de exercícios futuros. O valor será compensado nas sobras dos exercícios futuros de forma proporcional para cada cooperado de acordo com a utilização dos produtos e serviços utilizados. O cálculo de rateio aprovado obedecerá as seguintes proporções: 60% para empréstimos, 30% para depósitos à vista e 10% para depósitos a prazo.

d) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo das perdas no início do exercício	(3.379.741)	(3.599.386)
Recuperação de perdas	107.894	5.272
Compensação de perdas com o fundo de reserva	-	1.372.493
Perdas do exercício	-	(1.158.120)
Saldo das perdas no final do exercício	(3.271.847)	(3.379.741)
Saldo das sobras do exercício 2019	1.001.443	-
Reserva Legal - 10%	(100.144)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 5%	(50.072)	-
Saldo das sobras do exercício 2019 destinadas à AGO	851.227	-
Saldo das sobras e perdas no final do exercício	(2.420.620)	(3.379.741)

14. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	179.999	209.957
Rendas de Empréstimos	10.500.957	8.609.666
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.027.385	582.876
Rendas de Financiamentos	525.478	145.107
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.674.697	766.699
TOTAL	15.908.517	10.314.306

15. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(70.750)	-
Despesas de Honorários - Diretoria e Cons. de Administração	(522.437)	(511.707)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(904.086)	(586.097)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(851.470)	(600.952)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.182.725)	(1.410.668)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(55.472)	(13.795)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(16.389)	(4.716)
TOTAL	(4.603.329)	(3.127.936)

16. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(10.022)	-
Despesas de Aluguéis	(382.273)	(246.743)
Despesas de Comunicações	(528.104)	(219.740)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(11.849)	(23.863)
Despesas de Material	(29.993)	(33.873)
Despesas de Processamento de Dados	(161.545)	(252.756)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(105.394)	(199.854)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(32.888)	(10.494)
Despesas de Publicações	(14.172)	(2.430)
Despesas de Seguros	(7.709)	(36.393)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.060.804)	(1.239.389)
Despesas de Serviços de Terceiros	(460.533)	(184.387)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(117.379)	(93.629)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(604.599)	(506.792)
Despesas de Transporte	(203.528)	(142.850)
Despesas de Viagem ao Exterior	(33.326)	(3.436)
Despesas de Viagem no País	(91.226)	(33.187)
Despesas de Amortização	(1.830)	(1.370)
Despesas de Depreciação	(121.104)	(172.402)
Outras Despesas Administrativas	(182.053)	(145.414)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(293.898)	(262.013)
Rateio de Despesas da Central Sicoob Uni	(910.098)	(1.421.556)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(421.190)	-
TOTAL	(5.785.516)	(5.232.571)

17. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	211.113	-
Reversão de Provisões Operacionais	197.317	4.911
Outras rendas operacionais	219.905	166.293
Rendas oriundas de cartões de crédito	200.421	249.973
TOTAL	828.756	421.177

18. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Descontos Concedidos Em Renegociações	(48.812)	(89.587)
Despesas De Provisões Passivas	(220.820)	(90.100)
Despesas Operacionais	(362.032)	(388.122)
Bonificação De Seguro Prestamista	(26.599)	(35.375)
Contrib. Mensal Ao Fundo De Desenvolvimento Sicoob	(69.901)	-
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-	(1.251)
Perdas - Fraudes Externas	(44.000)	(3.595)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	(182)
Perdas - Falhas De Gerenciamento	(1.130)	(5.555)
Isenção De Juros - Cheque Especial Plus	(13.031)	(6.567)
Isenção De Juros - Conta Garantida Plus	(20.757)	(17.642)
Contrib. Ao Fundo Tecnologia Da Informação	-	(156.311)
Contribuição Ao Fundo De Estabilidade E Liquidez	(107.738)	(17.956)
Desc. Conc. - Crédito Pessoal	(44.945)	-
Despesas Operacionais Diversas	(33.931)	(143.687)
Descontos Concedidos - Operações De Crédito	(5.895)	(172.034)
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(83.534)	(14.009)
TOTAL	(721.094)	(753.851)

19. Resultado não Operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	7.444	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(31.000)
(-) Perdas de Capital	(5.925)	-
(-) Despesas de Provisões não Operacionais (I)	(1.339.444)	-
Resultado Líquido	(1.337.924)	(31.000)

(I) Valor referente à provisão para desvalorização dos bens não de uso próprio.

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	26.773	0,04%	134
TOTAL	26.773	0,04%	134
Montante das Operações Passivas	399.998	0,54%	

b) Operações ativas e passivas – Saldo no exercício 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2.374	24	0,35%
Conta Garantida	74.526	774	4,51%
Empréstimo	944.704	16.695	2,84%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	302.635	1,97%	0%
Depósitos a Prazo	2.028.383	2,81%	0,36%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,71%
Aplicação Financeira - Pós-fixada	96,71%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,05%
Aplicações Financeiras	0,54%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	304.112

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
199.653	179.754

f) No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(70.750)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(522.437)
Encargos Sociais	(111.016)

21. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DE GUARULHOS E REGIÃO - SICOOB UNIGUARULHOS,

em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIGUARULHOS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

22. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

22.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	14.751.869	14.606.911
Capital Principal - CP	7.532.004	6.901.655
Nível I	7.532.004	6.901.655
Índice de Basileia %	23,50%	25,40%
Razão de Alavancagem (RA) %	12,90%	12,95%
Índice de imobilização %	16,42%	3,15%
Ativos Ponderados pelos Riscos	62.766.698	57.513.794

Janaine Lopes Pimentel

Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco

Diretora Administrativa

Emerson Gomes Figueiredo

Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos, Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde e Empresários de Guarulhos e Região – Sicoob UniGuarulhos
 Guarulhos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos, Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde e Empresários de Guarulhos e Região – Sicoob UniGuarulhos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniGuarulhos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme nota explicativa número 6, a cooperativa apresenta, em 31 de dezembro de 2019, provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.300 mil. Todavia, nossos exames indicam que tal provisão não é suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização de tais créditos, sendo a insuficiência não provisionada, naquela data, de aproximadamente R\$ 601 mil. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão superavaliados nesse montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório de Gestão, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos

que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance plane-

jado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Diego Rabelo', is written over a faint, larger version of the same signature.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

Parecer do Conselho Fiscal

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos, Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde e Empresários de Guarulhos e Região, CNPJ 02.250.794/0001-77 e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras e Perdas e demais Demonstrativos Contábeis normatizados pela legislação vigente, e

o Relatório da Diretoria, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Baseados nos exames efetuados e no Parecer de Auditoria Externa, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos(as) senhores(as) cooperados(as), tendo sido apresentados pela Diretoria os devidos esclarecimentos para a ressalva indicada pela Auditoria.

Guarulhos (SP), 08 de abril de 2020.

Alexander Vale Guimarães
Conselheiro fiscal

Carlos Alberto Custódio Costa
Conselheiro fiscal

Fabiana Santos Fonseca
Conselheira fiscal

José Delvandi Moura de Araújo Junior
Conselheiro fiscal

Mauricio Mugnol
Conselheiro fiscal



Nossas Agências

Sede

Av. Paulo Faccini, nº 216, Macedo
Guarulhos - SP
Tel: (11) 2087-1390

Unidade de negócio

Associação Paulista de Medicina - APM
Rua Darcy Vargas, nº 64, Centro
Guarulhos - SP
Tel: (11) 2087-1390

Unidade de negócio

Associação dos Empresários de Cumbica - ASEC, Av. Santos Dumont, nº 1975,
Cumbica - Guarulhos - SP
Tel: (11) 2087-1390

Unidade de negócio

Complexo Hospitalar Oito de Dezembro - unidade I, Rua Tabajara, nº 566, Jardim
Barbosa - Guarulhos - SP
Tel: (11) 2087-1390

